



Rádio Peão

MAIOR ASSEMBLEIA DE MINAS REJEITA PROPOSTA DO TST E APROVA GREVE

Na última terça-feira (8), aconteceu a primeira e maior das assembleias para rejeição da proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e aprovação da greve da categoria.

Cerca de 330 petroleiros do G3 e HA compareceram à sede do Sindipetro/MG para votar. Vários trabalhadores tomaram a palavra para lembrar a importância da união da categoria nesse momento. “Quem se interpuser entre nós, trabalhadores da base, e nossos empregos, será derrubado”, ressaltou um petroleiro.

O coordenador-geral do Sindicato, Anselmo Braga, afirmou que “nossa luta tem que ser breve, e nossa ideia é fazer greve junto com outras bases. Não vamos fugir disso”.

A assembleia aprovou greve a partir do dia 26 de outubro. O indicativo de rejeição da proposta do TST também foi aprovado. Foi deliberado ainda o condicionamento da assinatura do ACT – em caso de aprovação da proposta



Foto: Mídia Ninja

– à assinatura dos acordos das subsidiárias e da Araucária Nitrogenados.

A maior assembleia de Minas Gerais foi marcada pela presença de forte contingente de gestores e reincidentes atitudes antissindicais por parte da empresa, como pressão sobre supervisores, coordenadores e gerentes a votarem a favor da empresa

Na ocasião, a gerência da Regap encaminhou à direção do Sindipetro/MG seis procurações, com votos de trabalhadores em cargos de chefia que não puderam comparecer à as-

sembleia. Todos os votos eram contrários aos indicativos do Sindicato.

Porém, os pedidos de voto por procuração foram encaminhados à plenária da assembleia, que rejeitou essa possibilidade por aclamação. “Entendemos que se trata de mais uma atitude antissindical da empresa, que será por mais uma vez encaminhada ao Ministério Público do Trabalho”, disse o diretor do Sindipetro/MG e da FUP, Alexandre Finamori.

“Minas deu seu recado de luta e resistência para a atual gestão da empresa.

Esperamos que essa importante vitória incentive outras bases, para que rejeitemos essa proposta e façamos uma greve histórica em defesa dos nossos direitos”, completou.

Até o fechamento deste boletim, já havia sido realizada assembleia com os trabalhadores do G1 e G2 - que também rejeitaram a proposta da empresa e reafirmaram a greve. As demais assembleias seguem até o dia 17 de outubro, inclusive na Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros, e na Termelétrica de Juiz de Fora.

GESTÃO BOLSONARISTA MUDA NOME DE TERMELÉTRICAS DA PETROBRÁS

Por uma questão ideológica, a direção da Petrobrás alterou o nome de 11 usinas termelétricas da empresa. Todas as unidades tinham sido batizadas durante o governo Lula com nomes que homenageavam líderes populares, intelectuais e políticos – a maioria deles ligados à defesa da soberania nacional.

A medida coincide com a postura do governo de Jair Bolsonaro que é marcadamente ideológico e tem se destacado pela postura privatista e entreguista em relação ao patrimônio público do povo brasileiro.

“A perseguição ideológica é uma marca também da atual gestão da Petrobrás. Não perdoaram sequer o nome de Aureliano Chaves, um ex-político de direita aliado ao regime militar,



mas contrário às privatizações. É assustador como esse governo, na ânsia de eliminar qualquer ideia de soberania nacional, desrespeita a história do País”, disse o diretor do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro.

Entre as usinas que tiveram nomes alterados estão, além da Aureliano Chaves (Ibirité - MG)

já citada acima: Sepé Tiarajú (Canoas - RS), Barbosa Lima Sobrinho (Seropédica - RJ), Euzébio Rocha (Cubatão - SP), Fernando Gasparian (São Paulo - SP), Leonel Brizola (Duque de Caxias - RJ), Luiz Carlos Prestes (Três Lagoas - MS), Mario Lago (Macaé - RJ), Celso Furtado (São Francisco do Conde

- BA), Jesus Soares Pereira (Alto do Rodrigues - RN) e Rômulo Almeida (Camaçari - BA).

Com a mudança, as termelétricas voltaram a ter o nome original, que faz referência à região onde a usina está localizada. No caso da Termelétrica Aureliano Chaves, o nome voltou a ser UTE Ibirité.

CASTELLO BRANCO CULPA “MÃE NATUREZA” POR SAÍDA DA PETROBRÁS DO NORDESTE

Em audiência pública última terça-feira (8) na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, negou o desmonte da estatal na Bahia e afirmou que a venda de ativos no Estado é parte de uma estratégia de concentrar esforços na exploração de petróleo, especialmente no pré-sal.

Ele disse ainda que “a culpa da saída da Petrobrás da Bahia é da mãe natureza”, ao se referir ao fato de que o Estado tem 2.980 poços que respondem apenas por 1% da produção da empresa. Essa fala surpreendeu os deputados presentes porque demonstrou que Castello Branco ignora o impacto que a saída da Petrobrás da Bahia e do Nordeste tem sobre a

economia e a geração de empregos na região.

Recentemente, a companhia fechou a Fábrica de Fertilizantes (Fafen) da Bahia e colocou à venda a Torre de Pituba, em Salvador (BA), além da Refinaria Landulpho Alves (RLam) e vários poços de petróleo. Ampliando para todo o Nordeste, a Petrobrás também fechou a Fafen Sergipe e está venden-

do a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e campos de petróleo em vários estados da região.

O requerimento convocando o presidente da Petrobrás a comparecer à Câmara foi feito pelo deputado Carlos Zaratini (PT-SP), sendo mais um passo na luta da FUP e de Sindipetros do Nordeste para garantir a permanência da estatal na região.